



ANTROPOLOGIA E MEIO AMBIENTE: A RELAÇÃO HOMEM x NATUREZA FRENTE ÀS QUESTÕES SOCIAIS E A SUSTENTABILIDADE

José Higor Sousa Pereira ¹
Luis José Cordeiro Soares ²
Mariana Leandro Leite ³
Talitha Lucena de Vasconcelos ⁴

RESUMO

Em meio à chamada “crise ambiental”, a Antropologia sempre está se renovando para garantir políticas públicas eficazes e pertinentes ao Meio Ambiente. Com um discurso importante, a ciência antropológica relativiza a elaboração e execução de ações (políticas) ecológicas frente aos atuais movimentos ambientalistas. Com seu vasto conhecimento acerca das mais variadas culturas e sociedades, ela dá sentido à essência das questões políticas, econômicas e ideológicas, já que compreende os impactos ambientais (oriundos de um jogo de interesses) e os distintos modos de vida que fazem parte do coletivo de cada ser humano, incluindo-se de maneira significativa no meio natural. O presente trabalho visa utilizar e discutir algumas das perspectivas diferenciadas que a Antropologia oferece para a compreensão das relações entre homem x natureza, mediando o envolvimento da população e tornando mais coerente os processos e as mudanças ocasionados por possíveis projetos, levando em consideração as adaptações das políticas estabelecidas às culturas, num engajamento primordial entre as relações com o meio e o fazer antropológico. Dessa maneira, a Antropologia contribui em diversas áreas para o entendimento e a compreensão dos problemas ambientais e suas ideologias.

Palavras-chave: Antropologia, Meio Ambiente, Políticas, Cultura.

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, sousa123higor@gmail.com;

² Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luisiguinil@outlook.com;

³ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, leite2016mariana@gmail.com;

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Geográficas – UFPE, talitha.vasconcelos@ufpe.br



INTRODUÇÃO

Diariamente, a natureza entra em constantes transformações decorrentes de seus processos naturais e das intensas ações do homem para com ela. Tais ações merecem destaque pela intensidade dos impactos provocados e ocasionados ao meio ambiente.

Numa abordagem qualitativa, a pesquisa visa promover um estudo voltado e relacionado à ciência antropológica e ao meio ambiente. Assim, a Antropologia contribui na elaboração de políticas ambientais por abranger e conhecer as mais diversas representações frente a sociedade.

O objetivo desta pesquisa é colaborar para uma reflexão social em que a consciência ecológica seja pautada na realidade socioambiental e não na ingenuidade do clichê “crise ambiental”, fazendo com que a própria sociedade enxergue as verdadeiras intenções e diferenças entre e nos grupos ditos ecológicos, numa perspectiva de contribuir para uma participação mais ativa e responsável da população em meio aos aspectos antropológicos e à própria natureza.

METODOLOGIA

O trabalho exposto foi desenvolvido a partir de uma análise bibliográfica, utilizando-se de fins exploratórios de estudos que tratam da temática apresentada, onde se buscou conhecimentos sobre a importância da Antropologia em meio às questões ambientais.

Originou-se uma reflexão harmoniosa e uma revisão eficaz de literatura focada ao tema da pesquisa, usufruindo de ferramentas essenciais para a evolução da mesma, que recebeu a colaboração apropriada de artigos de revistas científicas e monografias acadêmicas retiradas da internet, com a finalidade de obter mais conhecimentos a respeito do tema e dos seus questionamentos.

Aspirando aos conhecimentos ambientais e antropológicos, surge a importância de fomentar a construção de uma sociedade mais sustentável, fundamentando políticas ecológicas e tecendo ideologias articuladas a medidas e que possam amenizar o alarmismo resultante da propaganda “crise ambiental”, contribuindo, positivamente, para a sustentabilidade.

ANTROPOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE.



A relação Homem x Natureza se transformou numa grande corrida pela manutenção da vida (que passou a afligir o mundo) e na mais grandiosa guerra de poder, território e interesses frente a toda diversidade ambiental.

Qualquer que seja a nação, um dos grandes objetivos a serem alcançados e mantidos por ela é o próprio desenvolvimento e o progresso econômico que irão determinar a situação de cada realidade. Diante da necessidade de mudança de comportamento social para a efetividade do conceito de desenvolvimento sustentável, é preciso “educar para a compreensão humana”. (MORIN, 2002, p.93).

Teoricamente, é evidente implantar novas políticas ambientais que alcancem o desenvolvimento necessário para amenizar a chamada crise ambiental, onde a maior preocupação é não colocar em risco (mais do que se encontra) a população mundial.

Dessa maneira, Espíndola e Arruda afirmam que:

Os governos dos países pobres são responsáveis por políticas inadequadas e até mesmo ineficientes de desenvolvimento; má administração de recursos e a consequente corrupção. Para elucidar os consecutivos fracassos e o estado catastrófico em que se encontram tais países, não basta apontar a incompetência, é necessário denunciar a ideologia capitalista e suas ações incontroláveis como suposto mecanismo de progresso para todos. (ESPÍNDOLA; ARRUDA, 2008. p. 73-80).

As políticas ambientais são essenciais para ao menos amenizar os desastres no meio ambiente. Dentro delas são tratadas inúmeras questões importantes, como a saúde pública, o saneamento, a manutenção da biodiversidade, dentre outros, dando continuidade aos princípios de qualidade de vida e bem estar.

O campo das políticas públicas e o da produção de conhecimento estão cada vez mais se aproximando e reafirmando (visando as principais preocupações) a relação entre meio ambiente e sociedade. Mudanças tão presentes na atualidade não deixaram alheia a Antropologia à parte desses movimentos, sendo que essa ciência se expressa diretamente sobre as organizações e as políticas diante da sociedade civil. Nesta perspectiva, emerge-se a necessidade de encontrarmos uma forma de mudança comportamental, baseada na compreensão de um mundo que se “firma a inseparatividade de todas as coisas e procura eliminar o discurso e a prática dualistas”. (CAVALCANTI, 1998, p. 37).

A antropologia surgiu (nascendo e se consolidando) já fazendo abordagens sobre a questão ambiental, contribuindo para a área num olhar global e interdisciplinar. As



indagações sobre a ciência antropológica abordam as transformações antrópicas e as produções em cada ambiente mediante diferentes sociedades. Esta mesma ciência social contribui em diversas áreas para o entendimento e a compreensão dos problemas ambientais e suas políticas. Uma delas é a informativa, que assume o papel de domesticação dos pré-conceitos sobre os ambientes naturais e a relação de cada sociedade com estes.

Tais pré-conceitos fomentam cada vez mais (de não haver) a possibilidade da existência de uma conexão harmônica entre a sociedade moderna (avanços tecnológicos, como exemplo) e a natureza. Esses avanços são considerados como alguns dos principais protagonistas da causa única em meio à crise ecológica e ambiental.

Outra área é a metodológica, que enfatiza a questão ambiental e dá subsídios para o progresso e a construção de sociedades mais sustentáveis, apontando os problemas ecológicos e mostrando possibilidades pertinentes para a resolução de todos eles. Dessa maneira, Morin (2002, p. 37) reitera que:

O planeta Terra é mais do que um contexto: é o todo e ao mesmo tempo organizador e desorganizador de que fazemos parte. O todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se estas tiverem isoladas umas das outras, certas qualidades ou propriedades das partes podem ser inibidas pelas restrições provenientes do todo.

Em quaisquer que sejam os casos, a Antropologia sempre estará contribuindo e colaborando na questão ambiental, dando exclusividade dos méritos alcançados a todas as disciplinas que, juntas, procederão e caminharão com o mesmo objetivo: formar cidadãos mais sustentáveis e abertos às mudanças ecologicamente corretas, vislumbrando a organização do planeta Terra por meio de suas constantes mudanças e disseminando políticas eficazes para a garantia da vida às gerações futuras.

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E A ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB UM OLHAR ANTROPOLÓGICO

A industrialização atingiu seu auge no século XX, acompanhada, também, da urbanização que caracterizou uma busca constante e desenfreada por recursos naturais e matérias-primas. Até a década de 1970, a maior preocupação de grande parte dos países era,



primordialmente, o desenvolvimento político e econômico, sendo descartada qualquer preocupação com os recursos naturais e cada ambiente degradado.

Levando em consideração as interferências humanas mediante as questões ambientais e sociais, iniciou-se uma discussão sobre as explorações desenfreadas dos recursos naturais. A partir disso, surgiram vários questionamentos sobre o papel do homem frente a natureza; os danos naturais e sociais; o direcionamento e a finalidade da vasta intensificação da industrialização em meio a um desenvolvimento global e a extinção de tais recursos, já que sempre teve e haverá essa possibilidade.

Alves e Freitas (2013, p. 193) ressaltam que:

Por muito tempo se teve a despreocupação quanto aos impactos ambientais causados pelo crescimento econômico desordenado e pelo uso desenfreado dos recursos naturais, como se fossem fontes inesgotáveis, surgindo assim, a necessidade da gestão desses recursos.

Diante disso, encontros para discutir a questão ambiental foram organizados e colocados em prática, como a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em Estocolmo – Suécia, em 1972. A discussão deu um pontapé positivo para o desenvolvimento ecológico, apontada para a necessidade de uma educação ambiental transformadora e capacitada para oferecer e oportunizar uma qualidade de vida melhor.

O grande ponto de partida veio, formalmente, por meio do Clube de Roma, em 1972. O discurso rotineiro estendido por toda a década de 1970 e que logo chegou à contemporaneidade perpetuou-se, primeiramente, às questões de exploração econômica, o que colocaria a vida na Terra em risco e prejudicaria gradativamente todos os ecossistemas. A tomada de consciência por parte da sociedade em meio às inúmeras questões ambientais foi devidamente repensada, levando em consideração que a própria população é responsável por todos os problemas ambientais ocasionados ao meio. LOUREIRO (2006, p. 123) reitera que “As ONGs assumiram um papel político voltado para a consecução de objetivos direcionados ao atendimento das necessidades básicas e dos problemas presentes no cotidiano”.

Por esse lado, as ONGs ambientais alcançaram uma expansão significativa diante todo o processo de globalização, buscando dá sentido e abrangência em cada proposta por elas demandadas. Tais propostas (re) apresentam os aspectos de democracia e cidadania, oportunizando uma melhor qualidade de vida à população e levando em consideração a incapacidade do Estado de atender as necessidades de todo o corpo social. FURRIELA (2002, p. 149) afirma que “As ações das ONGs tornaram-se cada vez mais legítimas e ampliadas, à



medida que a população procurava meios de expressar sua insatisfação com os sistemas políticos e econômicos urgentes”.

Os movimentos ambientalistas revolucionaram a tomada de consciência sobre as questões ambientais, influenciando e organizando as práticas sustentáveis e atingindo inúmeras ações sociais numa agregação de todos os povos. A procura pela justiça social intensificou o desejo de proteção ao meio natural e consolidou as atividades realizadas na busca pela cidadania e construção de valores.

Dessa maneira, Castells (2010, p. 161), afirma que:

Boa parte do sucesso do movimento ambientalista deve-se ao fato de que, mais do que qualquer outra força social, ele tem demonstrado notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico.

Percebe-se, então, que o futuro da humanidade está sendo uma das maiores preocupações da sociedade civil, dos governos e, principalmente, da ciência. As propostas e interesses que permeiam os espaços necessários para a efetivação de profundas modificações no cenário tecnológico fazem com que os movimentos sociais contemporâneos disseminem a ideia de sustentabilidade com maior rapidez e eficácia.

As mudanças ambientais estão cada vez mais chamando a atenção do homem em meio aos diferentes cenários pessimistas que colocam como principal responsável dessas situações o tradicional modelo capitalista, ocasionando comportamentos e ações globais por parte dos movimentos sociais e institucionais (sejam eles locais ou externos), e atentando para o dever e a necessidade imediata de transformações nas atitudes desrespeitosas ao meio ambiente da sociedade, nas mudanças na economia e na política.

Segundo Moraes e Almeida (2010, p. 249):

Vivemos uma crise civilizatória de natureza ecológica, econômica, social, política e educacional, cujas incalculáveis e imprevisíveis consequências põem em risco a sobrevivência humana e a preservação da vida no planeta. Tais crises são expressões de processos complexos provocados por um paradigma civilizatório baseado na ganância, no individualismo, no paternalismo, no consumo desenfreado de recursos naturais, na depredação de bens naturais, na violência, no autoritarismo e na marginalização social.



A sustentabilidade em sua proporção funcional, junto ao desenvolvimento sustentável possibilitam caminhos acreditáveis para solucionar as adversidades atuais. Refletem uma composição de propostas que buscam direcionar e responder aos riscos e ameaças ambientais decorrentes da atual industrialização e do elevado consumismo, atentando na necessidade de novos padrões civilizatórios e pacíficos, numa perspectiva de atender às nossas demandas e as das futuras gerações.

De acordo com Lévi-Strauss (2002.p.47)

O mundo contemporâneo perdeu a fé em seus próprios valores. Sei que este não é nem o nosso problema principal, mas todos sabem que, no final das contas, nenhuma civilização pode se desenvolver se não possuir valores aos quais se agarrarem profundamente. Acredito, por sinal, que nenhuma civilização possa sequer se manter na situação em que a nossa se encontra.

Dessa maneira, o cidadão (sendo ele um indivíduo que convive socialmente em grupos diversos), deve exercer seus direitos e deveres, praticando a cidadania e construindo relações recíprocas com a natureza.

ANTROPOLOGIA, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

A Antropologia está diretamente inserida nas colaborações para a sustentabilidade, contribuindo significativamente por meio das relações e do entendimento do homem com o ambiente natural. O esforço mundial de (re) construir uma cultura ecologicamente harmoniosa com as obrigações contemporâneas (cuidar e proteger mais ainda o meio ambiente) torna-se cada vez mais pertinente dentro de uma sociedade efetivamente sustentável.

Para Laplantine (2006, p. 144):

A antropologia representa certo olhar, certo enfoque que consiste no estudo do homem inteiro e no estudo do homem em todas as sociedades, sob todas as latitudes, em todos os seus estados e em todas as suas épocas, tendo um significativo alcance que se estende por cinco áreas: biológicas; pré-histórica; linguística, psicológica e sociocultural ou etnológica.

Sendo assim, todos esses ramos contribuem para compreender as relações não dicotômicas entre sociedades e natureza. Os antropólogos devem entrar nas discussões



propostas e atuarem, principalmente, na elaboração de políticas ambientais que sejam coerentes com cada realidade e que não “espantem” qualquer população.

O espanto aqui colocado faz-se emergir uma reflexão aprofundada sobre os interesses econômicos voltados ao meio ambiente e a empatia com o próximo. Tais espantos apontam para a grande capacidade que o homem possui quando o assunto é a transformação e degradação dos ambientes naturais, a fim de garantir a sobrevivência da espécie humana (objetivo que já alcançou) e dar continuidade ao seu processo evolutivo. Mas, por outro lado, as atuações desenfreadas sobre a natureza ameaçam a vida de todas as espécies na Terra.

Muitas dessas ações antrópicas foram ignoradas pelo homem por um grande período em que a consciência dos danos e dos riscos causados por elas não era vinculada a uma meta de mudança sustentável, mas, por interesses econômicos em meio à produção capitalista.

A ação do homem no ambiente natural ocasiona inúmeras consequências à biodiversidade como, degradação dos recursos naturais e a extinção de várias espécies. Para obter um determinado padrão de progresso econômico, o ser humano não controla seus limites de ganância decorrentes dessas ações. Loureiro (1998, p. 180), afirma que:

A causa da degradação ambiental e da crise na relação sociedade-natureza não emerge apenas de fatores conjunturais ou do instituto perverso da humanidade, e as implicações de tal degradação não são decorrentes apenas do uso impróprio dos recursos naturais; mas sim de um conjunto de variáveis interconexas, derivadas das categorias: capitalismo/modernidade industrialismo/urbanização/tecnocracia.

O desenvolvimento do homem faz-se necessário juntamente ao crescimento das sociedades, mas, é preciso usar de maneira inteligente todos os recursos vindos da natureza e conciliar cada prática em meio a esse progresso para que sejam garantidos o equilíbrio ecológico e a preservação ambiental.

Neste propósito, a Antropologia se coloca como ciência social atuante para compreender e amenizar as relações conflituosas entre sociedade e Meio Ambiente, já que estas estão se firmando cada vez mais intensamente nos espaços econômicos e políticos. É diante desse percurso que a sustentabilidade procura caminhar, mantendo-se estável e ao mesmo tempo representativa diante as peculiaridades do que é ser sustentável.

Partindo dessa premissa, Antropologia e Sustentabilidade, juntas, podem aumentar as possibilidades para a construção de um olhar mais aberto e consciente frente as questões ambientais, sociais, políticas e econômicas, mitigando os riscos ecológicos e efetivando cada movimento social e global para o desenvolvimento sustentável.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a pesquisa exposta, o estudo sobre Antropologia e Meio Ambiente está cada vez mais presente na sociedade moderna com o intuito de desenvolver um olhar mais consciente e equilibrado sobre o meio natural. O que se percebeu foi uma importante atuação dos movimentos sociais que priorizam a manutenção da vida e multiplicam grandes ações sustentáveis para uma efetivação e permanência do desenvolvimento ecológico em meio à globalização.

A partir dos resultados obtidos, o estudo mostrou o papel fundamental das Organizações Não Governamentais – ONGs na disseminação de boas ações para o Meio Ambiente, assim também, como a expansão das manifestações que revolucionou a ideia de consciência ecológica a partir da mundialização e de cada necessidade encontrada pelo corpo social e a própria natureza.

Durante a trajetória do trabalho, apresentou-se que grupos sociais e os outros movimentos contribuíram e ainda contribuem na generalização da chamada “consciência ecológica”, mesmo sabendo que nem todas as sociedades possuem interesses econômicos e problemas relacionados ao Meio Ambiente.

Quaisquer que sejam os princípios estabelecidos é preciso haver um monitoramento eficaz, pois só assim ele poderá mostrar bons resultados na prática e possibilitar uma relação harmoniosa entre os grupos sociais e o meio natural. Sendo a cultura um constante processo de transformação, essa relação torna-se indispensável para o sucesso das políticas ambientais.

Pontuou-se que nos anos 70, no Clube de Roma, algumas propostas foram pensadas mediante o crescimento assustador da degradação ambiental, como também, soluções pertinentes para um olhar mais atencioso e sustentável a essas questões. No conceito de desenvolvimento sustentável, as políticas sociais teriam um destino principal: todas as sociedades. Um bom exemplo disso foi o encontro “Eco 92”, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, onde revolucionou todas as questões ambientais e promoveu uma discussão acerca do desenvolvimento ecológico no país.

Lidar com todas essas questões vai mais além do que se imagina; é algo com retorno garantido (por meio de boas ações ecológicas) e com resultados impressionantes: um mundo melhor e mais sustentável, com pessoas mais ecológicas e conscientes. Na situação apresentada pela pesquisa, a ciência antropológica está diretamente envolvida na causa,



contribuindo na elaboração de políticas ambientais e abrangendo um conhecimento diverso sobre as múltiplas representações do homem frente a sociedade.

Numa visão mais crítica, longe de significar uma dificuldade ou algo impossível, quaisquer transformações oriundas das ações humanas servirá para que percebamos que são muitos os desafios postos como metas em uma sociedade contemporânea, na medida em que cada mudança é realizada diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos depararmos com os grandes desafios que encontramos em uma sociedade contemporânea, percebemos o grandioso impacto provocado pela questão ambiental. Conhecer e entender os aspectos antropológicos para a construção de boas políticas ambientais (levando em consideração a atuação da antropologia com o meio ambiente) torna-se desafiador e muito importante para o (re) direcionamento de novas ações ecológicas, numa perspectiva de diminuição da infinita corrida pela guerra de poder e interesses econômicos.

Desse modo, grandes empresas e instituições teorizam a ideia de “salvar o meio ambiente” com interesses voltados a um progresso individualista, não colocando totalmente em prática as políticas ambientais para o desenvolvimento sustentável. Em geral, a superioridade desses grupos acaba generalizando nos espaços de cada pessoa, bem como inferiorizando opiniões pertinentes que fariam a diferença se tivessem voz e oportunidade.

É de suma importância fomentar essas políticas e direcionar as pessoas a uma satisfação ecológica (com ações positivas e sustentáveis) para que todas elas conheçam e entendam a importância de manter um equilíbrio dentro da sociedade e uma reflexão pertinente acerca das questões abordadas.

Dessa maneira, a pesquisa exposta buscou mostrar a importância dos antropólogos frente a uma atuação baseada em sistemas complexos, bem como enfatizar os fundamentos que as ideologias ambientais se baseiam. Numa visão mais ampla, os aspectos antropológicos e ambientais são os principais protagonistas (juntos à sociedade) da implementação e efetivação das políticas ecologicamente corretas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabel; FREITAS, Lúcia. **Análise comparativa das ferramentas de gestão ambiental: produção mais limpa x Eco design.** Campina Grande: EDUEPB. (2013).



CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. (2010).

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez. (1998).

ESPÍNDOLA, Michely Aline Jorge; ARRUDA, Dayana de Oliveira. **Desenvolvimento Sustentável no modo de produção capitalista**. Revista Visões, Rio de Janeiro: Revista Visões (2008).

ESPÍNDOLA, Michely; ARRUDA, Dayana. Políticas Ambientais: ideologia, fazer antropológico e engajamento social. **Revista Visões**, v. 1, 5, jul. 2008. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed05/ed05_artigo_9.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FOLADORI, Guilherme; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **SciELO**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0104-93132004000200004>. Acesso em: 10 jul. 2020.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume/Fapesp. (2002).

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **A sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez. (2002).

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartel. (2006).

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense. (2006).

MORAES, M; ALMEIDA, M. **Os sete saberes necessários à educação do presente: por uma educação transformadora**. Rio de Janeiro: Wak. (2012).

MORIN, S. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez. (2002).